

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República**

Na sequência do anúncio da intenção por parte do actual Governo de reverter a Subconcessão de Transportes do Porto, as administrações da Metro do Porto e da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP) anularam em sessão do Conselho do passado dia 15 de Fevereiro os contratos de subconcessão à Transdev e à Alsa formalizando a posição do executivo.

Foi entretanto anunciada a assinatura de contrato por dois anos com a ViaPorto, que implicam uma redução face ao valor pago até aqui e aos montantes que teriam de ser pagos à Transdev, caso a subconcessão não tivesse sido anulada, eliminando incompreensivelmente os riscos para o parceiro privado e aportando-os ao erário público, segundo a comunicação social.

A questão da renovação das frotas também não é despicienda para o balanço das contas entre Estado e Privados devendo exigir-se grande transparência na forma como está a ser conduzido todo este processo.

Portugal passou um período difícil, sujeito a um programa de assistência financeira externa que implicou reformas exigentes e um enorme esforço de todos os portugueses, e cujos resultados não podem nem devem ser postos em risco sob pena de virmos a precisar já no curto prazo de novo programa de assistência.

Porque é o interesse dos contribuintes que está em causa, e porque importa garantir que as soluções adoptadas são as melhores para o País e para os portugueses, impõe-se conhecer os termos exactos dos aditamentos e contratos que regem a exploração destes transportes.

Atendendo a que na reunião que teve lugar esta semana entre deputados do Grupo Parlamentar do PSD Porto e elementos do Conselho de Administração da Metro do Porto S.A. a que V. Exª preside, não foi possível obter os cabais esclarecimentos às questões colocadas, formaliza-se desde já o pedido formulado na ocasião.

Assim, e no sentido de acompanhar um assunto que é do evidente interesse público, o(s)

Deputado(s) abaixo assinado(s) vêm requerer ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis cópia do(s) contrato(s) e eventuais aditamento(s) assinados por essa entidade com a ViaPorto do Grupo Barraqueiro, bem como, outra documentação considerada relevante na justificação das opções tomadas.

Palácio de São Bento, quarta-feira, 6 de Abril de 2016

Deputado(a)s

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

EMÍLIA SANTOS(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)